

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 142, DE 08 DE AGOSTO DE 2013.

“Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público e dá outras providências.”

SERGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído o adicional de função aos servidores efetivos municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público.

Parágrafo único. O adicional será mensal e corresponderá ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a cada servidor designado, através de Portaria, a integrar esta Comissão.

Art. 2º A referida gratificação será concedida somente em períodos em que houver Contrato de Prestação de Serviço vigente com empresa para realização de concurso público e/ou processo seletivo.

Art. 3º Enquanto receber este adicional e realizar atividades relacionadas ao concurso público e/ou processo seletivo fora de seu horário de trabalho normal, o servidor não fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

Art. 4º A presente Lei terá vigência até 31 de julho de 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 08 de agosto de 2013.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara o Projeto de Lei nº.142, de 08 de agosto de 2013, que *“Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público e dá outras providências.”*

O presente projeto de lei tem como intuito conceder adiciona aos servidores designados a compor a referida Comissão, considerando que os mesmos são responsáveis por diversas atribuições, tais como:

- Organizar a documentação a ser entregue à comissão executora (ex.: leis e decretos), no qual será utilizada para realização do certame;
- Realizar a conferência de todos os editais elaborados pela Comissão Executora, no que se refere aos prazos, atribuições dos cargos e demais itens que devem estar em conformidade com a legislação municipal;
- Receber os processos de recursos do certame, e encaminhá-los formalmente à Comissão Executora, para análise dos mesmos;
- Proceder à publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul dos extratos dos editais emitidos durante o certame;
- Proceder à publicação no Átrio da Prefeitura dos editais emitidos durante o certame;
- Encaminhar ao setor de Comunicação do Município os editais em formato eletrônico, para que os mesmos sejam publicados no site oficial;
- Encaminhar à Comissão Executora a relação dos locais disponíveis para a aplicação das provas, informando a capacidade de acomodação de candidatos por sala;
- Acompanhar a aplicação das provas objetivas em tempo integral, visando o correto andamento do certame, bem como registrar qualquer incidente na aplicação das mesmas;
- Acompanhar as sessões de sorteio realizadas pela Comissão Executora, no caso de empate entre candidatos;
- Verificar e revisar os editais de classificação dos candidatos, considerando os desempates;
- Organizar toda a documentação do concurso público realizado, com dossiê constando todos as publicações realizadas de editais e extratos, visando facilitar a auditoria pelo TCE/RS, devendo arquivar toda a documentação de forma adequada em caixas devidamente lacradas, visando resguardar a integridade dos documentos.

A Administração Municipal acredita que com o adicional ora proposto se estará estimulando os servidores a desempenharem com maior eficiência a execução dessas atribuições, bem como compensá-los pela responsabilidade e pelos dias em que os mesmos deverão trabalhar fora do horário de serviço, nos sábados e/ou domingos que se realizarão as provas objetivas e/ou práticas e/ou de esforço físico e/ou cursos de capacitação, entre outros, que o concurso público e/ou processo seletivo exigirem, sendo que com este adicional o servidor não fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

SERGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal